



ID: 51602683

03-01-2014

//Porto

//VALORES DE PROPOSTAS

45 54 62

mil euros

foi quanto pediu Pedro Marinho Falcão, Nuno Cerejeira Namora. Foi excluída.

mil euros

foi quanto pediu a Mendes Ferreira & Associados. Foi excluída por preço baixo.

mil euros

foi quanto pediu a sociedade de Bexiga. O júri diz que é proposta mais vantajosa.



Escritório de Paulo Rangel pediu 70 mil euros

O ÚNICO escritório que rivaliza com Bexiga na área das "políticas públicas" e "gestão autárquica" é o de Paulo Rangel. Mas diz o júri que "não comprovou experiência nas áreas de direito exigidas". Além disso, pediu 70 mil euros.

"Os critérios têm toda a justificação no quadro do serviço jurídico. Recuso ser joguete. Estou admirado do ponto de vista deontológico com afirmações dos meus colegas".

Ricardo Bexiga Advogado e militante do Partido Socialista

"A complexidade e o número de processos judiciais exigem a qualidade dos serviços prestados, o que seria incompatível com preços anormalmente baixos".

José Manuel Ribeiro Presidente da Câmara de Valongo

//CONTESTATÁRIOS



Pedro Marinho Falcão
ADVOGADO EXCLUÍDO

CULTURA QUE NÃO RESPEITA CONTRIBUÍNTES

O concurso pode acabar em tribunal. A sociedade de Pedro Marinho Falcão e Cerejeira Namora afirma ser "dever do júri diligenciar, junto da vereação e da presidência da Câmara, no sentido de obter informações sobre se algum dos concorrentes participou, direta ou indiretamente, na elaboração do concurso". A exclusão representa "cultura desrespeitadora do dinheiro dos contribuintes", acusa. Tinha pedido 45 mil euros.



Polémica com concurso "feito à medida" de Bexiga

- **Experiência** em "políticas públicas" e "gestão autárquica" são requisitos
- **Propostas** mais baratas de advogados excluídas em Valongo

Nuno Miguel Maia e Óscar Queirós
locais@jn.pt

Está a gerar polémica um concurso da Câmara de Valongo para adjudicação da assessoria jurídica. Isto porque integra critérios que encaixam como uma luva num advogado próximo do presidente.

José Manuel Ribeiro, do PS, escolheu, em outubro, para a assessoria jurídica a sociedade de Ricardo Bexiga, advogado pelo mesmo partido e que é atualmente vereador da Câmara da Maia.

Perante os protestos do PSD, de João Paulo Baltasar, que avisou não estar dispos-

to a aceitar "ajustes diretos", Ribeiro, minoritário no executivo, lançou um concurso.

Tudo estaria bem, se nos critérios de adjudicação não constassem dois requisitos que deram azo a que o presidente seja agora acusado pelo PSD de apresentar um concurso "feito à medida". Os requisitos são "experiência reconhecida na área das políticas públicas" e "experiência reconhecida na área da gestão autárquica".

Ora, além de vereador na Maia, Bexiga exerceu funções num gabinete de uma secretaria de Estado, foi administrador da CP e do Instituto Nacional de Habitação e foi vereador da oposição em Gondomar. Teve 10% naqueles critérios e é apontado como a "proposta mais van-

tajosa" ("além do expectável", diz o júri), com 64 200 euros, por um ano.

O concurso tem como preço máximo 78 mil euros, sendo o preço o principal critério de adjudicação (50%). Os critérios polémicos valem 10%.

Concorreram sete sociedades de advogados. Destas, foram selecionadas as quatro com preços mais altos (entre 62 e 70 mil euros): "Vellozo Ferreira e Associados", "Ricardo Bexiga, Oliveira e Silva & Associados", "Candeias & Associados" e "Cuatrecasas, Gonçalves Pereira".

O júri excluiu as candidaturas de "Nuno Cerejeira Namora, Pedro Marinho Falcão & Associados" e "Mendes Ferreira & Associados", que propuseram preços de 45 mil e 54 mil euros. Além de apre-

sentarem "preços anormalmente baixos", sobre a primeira foram alegados "fortes indícios de atos capazes de falsear a concorrência". A proposta da "Correia, Seara, Caldas, Simões & Associados" foi excluída por ter chegado "fora de prazo". Os excluídos já protestaram e agora o júri vai ter que decidir.

Concurso é "caso único"
Confrontado pelo JN, o autarca José Manuel Ribeiro frisa que o concurso é "caso único

no país", uma vez que poderia optar por ajuste direto.

Mesmo assim, sublinha, o preço que a autarquia se prepara para pagar representa "poupança de 20% para o Município em relação aos valores praticados no último ajuste direto em 2013", censurando ainda o facto de em 20 anos a Câmara PSD nunca ter aberto concurso.

Quando aos critérios polémicos, diz que a Câmara "opta por valorar fatores que garantem não só o conhecimento das regras e funcionamento das autarquias, como a forma como estas se relacionam com as restantes instituições públicas. São competências fundamentais para apoiar juridicamente qualquer autarquia".

Ribeiro garante ainda que os critérios "foram exclusivamente elaborados pelos serviços técnicos", "aprovados em reunião de Câmara" e "ninguém os impugnou". ●



Pedro Mendes Ferreira
ADVOGADO EXCLUÍDO

PREÇO DE ACORDO COM A LÓGICA DO MERCADO

A sociedade "Mendes Ferreira & Associados" foi excluída por, além de apresentar "preço anormalmente baixo", não especificar quais são os seis advogados que iriam colaborar com a autarquia, de entre os nove da sociedade. A contestatária considera que o preço, de 54 mil euros, não contraria a "lógica do mercado" e esclarece que nos advogados indicados não podem ser incluídos estagiários, pelo que o júri deveria ter admitido a sociedade.

AUTARCA ALEGA CRITÉRIOS "FUNDAMENTAIS PARA APOIAR JURIDICAMENTE" A CÂMARA